



## Bloco de Esquerda do Concelho de Caminha

---

A Assembleia Municipal de Caminha reuniu de forma extraordinária no dia 17-11-2022, tendo por objeto essencial a análise e discussão do estado do incumprimento do contrato-promessa para a construção de um pavilhão designado por Centro de Exposições Transfronteiriço.

A seguir vai transcrita a intervenção principal do Deputado Eleito pelo Bloco de Esquerda de Caminha na referida Assembleia Extraordinária, relativamente à grande problemática do momento.

---

Com a decisão tomada ontem pelo atual Executivo Municipal, de considerar incumprido o contrato-promessa e, por conseguinte, rescindir tal contrato, esta sessão de hoje perde o seu objeto principal que era o de aprovar resoluções no sentido de pôr termo ao dito contrato.

No entanto, esta sessão não perde o seu outro objetivo que consiste na análise e discussão da trapalhada com o fantástico pavilhão transfronteiriço.

É muito importante que se preste muita atenção a toda esta trapalhada, por dois motivos:

- O primeiro diz respeito à recuperação dos 300 mil euros e
- O segundo diz respeito à aprendizagem – à aprendizagem que o Executivo Municipal deve retirar deste assunto, para aplicar noutros semelhantes, e à aprendizagem que os eleitores deste Concelho devem também retirar para na hora de conceder o seu voto, o façam de forma muito mais informada, refletida e, portanto, responsável.

Vejamos:

O contrato foi assinado em 12 de outubro de 2020 – há dois anos.

O primeiro prazo para se efetivar a compra da Quinta do Corgo, nesta freguesia de Caminha e Vilarelho, foi fixado em 190 dias.

Portanto, 6 meses depois deveria ter sido realizada a escritura de compra e venda, isto é, a concretização da compra da Quinta do Corgo deveria ter ocorrido até abril de 2021.

Como se sabe, não aconteceu, nem em abril do ano passado nem em abril deste ano, nem mesmo ao dia de hoje.

E não aconteceu porque o representante da sociedade promotora, nas negociações que estabeleceu com o encarregado da venda nomeado no processo que corre no Tribunal de Caminha, após fazer a sua oferta de 680 mil euros pela Quinta, nada mais fez, designadamente, o mais importante para concretizar a compra que é pagar.



## Bloco de Esquerda do Concelho de Caminha

---

Não é verdade que tenha havido desentendimentos com os herdeiros e desistências da venda e até tenham recorrido ao tribunal por tais desentendimentos. O desentendimento é prévio e a venda já decorria no tribunal. Aliás, ao dia de hoje, a Quinta continua à venda e o mesmo encarregado da venda, que é uma imobiliária local, continua a procurar interessados.

Claro que tudo isto está perfeitamente documentado no processo. Não estamos a inventar nada.

Ora, se o prazo expirou em abril de 2021, o contrato deveria ter sido rescindido logo aí ou, o mais tardar, no mês seguinte, em maio do ano passado.

Mas, o que é que fez o Executivo, então presidido por Miguel Alves?

Em vez de rescindir o contrato por incumprimento, em junho, isto é, dois meses depois de estar perfeitamente verificado o incumprimento, o Município entrega de “mão-beijada” 300 mil euros, mais IVA, ou seja, um total de 369 mil euros à empresa promotora.

E vou repetir para que se note bem: o Município de Caminha dá ordem de pagamento de 369 mil euros no dia 15 de junho de 2021, quando o contrato já se mostrava incumprido desde há dois meses.

Isto constitui uma clara irresponsabilidade e ainda um ato criminoso que lesa consideravelmente o concelho, isto é, que lesa, logo à cabeça, todos os caminhenses.

Estamos em crer que os 369 mil euros que o Município pagou à promotora nunca mais serão recuperados. Mesmo que se tentem penhoras ou a insolvência da tal sociedade, nada será apurado, porque nada detém.

Mas os caminhenses não podem ficar com o prejuízo. Há que apurar responsabilidades e fazer com que esse valor, irresponsavelmente oferecido, seja repostado por quem for devido.

O atual executivo, não é um novo executivo, embora tenha uma composição um pouco diferente, pelo que este “negócio” não lhe é alheio. E só perante a pressão diária da comunicação social, tomou a decisão que já deveria ter sido tomada há tanto tempo, em abril ou maio do ano passado, ou, melhor ainda, nunca deveria ter sido sequer iniciado.

É tarde, claro que é tarde, mas, por outro lado, tendo em conta que os 300 mil euros estão perdidos desde junho do ano passado, rescindir ou não o contrato é algo que, neste momento, já não faz grande diferença, pois o prejuízo dos Caminhenses já é irreversível.

No que se refere aos terrenos, alegadamente 33, comprados em Vilar de Mouros e o Pedido de Informação Prévia (PIP) para tais terrenos, mesmo que isso seja verdade, é assunto que não nos



## Bloco de Esquerda do Concelho de Caminha

---

interessa, porque nada disso foi contratualizado, portanto, o município nada tem que ver com tal assunto; mesmo que possa ser verdade.

Desde o 25 de Abril para cá, temos assistido a uma exclusividade na alternância entre executivos do PS e do PSD, que nos têm conduzido sempre a situações vergonhosas e malcheirosas que são o alimento e o combustível que tem permitido a ascensão da extrema direita e de um consolidar de atitudes prepotentes e fascizantes.

As notícias a que o país inteiro tem vindo a assistir diariamente ilustram muito bem o “chico-espertismo” de transformar a enorme despesa de um investimento megalómano em despesa corrente, fugindo à fiscalização do Tribunal de Contas. É um truque inadmissível que não só coloca em causa a credibilidade do Município, como ainda constitui mais uma desorçamentação que acaba a estrangular todos os municípios.

O que as notícias nacionais, dia após dia, foram transmitindo aos portugueses é a forma arditosa como a lei é contornada e os municípios são enganados.

E por isso mesmo, ainda na última Assembleia Municipal aqui o disse muito claramente: que apesar de toda a legitimidade legal, o atual executivo não tem legitimidade política para dar continuidade ao projeto que foi apresentado aos eleitores, nem às suas exuberâncias contabilísticas e financeiras, que continuam a pesar sobre os caminhenses.

Por isso deixo aqui um apelo ao atual Executivo, para que honrosamente se demita, permitindo ao povo caminhense validar a sua continuidade, porque a gravidade dos acontecimentos e o prejuízo imposto aos caminhenses, apela a que os municípios se possam manifestar, não só na rua fazendo barulho, mas também expressando a sua vontade através dos votos em urna.

Por fim, gostaria ainda de apelar à ponderação e bom senso do atual Presidente do Executivo Municipal, o Dr. Rui Lages – que sabemos ser é possuidor de tais atributos –, para que não ouça apenas as vozes concordantes dos elementos que compõem a sua maioria, mas também as vozes discordantes da oposição.

Se se recordarem, a nossas propostas e o nosso candidato à Câmara Municipal nas últimas eleições autárquicas, alertou, questionou, interpelou e insistiu com o anterior presidente do Município, sobre este mesmo “negócio”, mas a sua voz não foi, propositadamente, ouvida.

Assim, Senhor Presidente, ouvindo com atenção a oposição, não correrá o risco de um dia se tornar mais um ex-presidente de câmara muito conhecido em todo o país, mas pelas piores razões.

FIM |||||